

Práticas do Conselho de Jovens Empreendedores e sua Relação com a Propriedade Intelectual

Council of Practicies of Young Entrepreneurs and their Connection with the Intellectual Property

Alan Farias Costa¹; Iracema Machado de Aragão²

¹Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual- PPGPI
Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE – Brasil
alanfarias02@hotmail.com

²Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual- PPGPI
Universidade Federal de Sergipe – UFS – Departamento de Administração
São Cristóvão/SE – Brasil
aragao.ufs@gmail.com

Resumo

O empreendedorismo contribui para o desenvolvimento social e econômico de um país em face da criação de novos negócios, inovações e geração de empregos. A Propriedade Intelectual (PI), por sua vez, tem ligação direta com o empreendedorismo, pois, por meio dela, as criações dos empreendedores são resguardadas perante a lei, aumentando a competitividade. Nesse cenário, o Conselho de Jovens Empreendedores de Sergipe (CJE/SE) atua estimulando o empreendedorismo e a criação de novos negócios. O Conselho foi criado em 2005 com o objetivo de fomentar o empreendedorismo no estado. Esta pesquisa tem como propósito identificar a relação entre as práticas do CJE/SE e a PI a partir da percepção dos membros da gestão vigente. A abordagem caracteriza-se com descritiva do tipo qualitativa. O instrumento de coleta de dados foi o questionário, aplicado com os 20 diretores do CJE/SE, por meio do qual verificou-se que as práticas acontecem mediante a realização de palestras e eventos. A relação entre as práticas do Conselho e a PI se dá, especificamente, por intermédio do estímulo ao empreendedorismo e a inovação regionalmente.

Palavras-chave: empreendedorismo; empreendedorismo jovem; propriedade intelectual.

Abstract

The entrepreneurship contributes for the social and economic development of a country in the face of creating new businesses, inovations and the creation of new jobs. The Intellectual Property (IP), simultaneously, has a straight connection with entrepreneurship, because, through it, the creations of the entrepreneurs are guarded by the law, increasing competition. At this scenario, Sergipe Young Entrepreneur Council (SYEC/SE) works to stimulate entrepreneurship and the creation of businesses. The Council was created in 2005 with goal of encourage the entrepreneurship in the

state. This research aims to identify the relations between the practices of SYEC/SE and the (IP) from the perception of the current management members. The approach is characterized by a qualitative descriptive. The data collection instrument was the questionnaire, applied with the 20 directors of SYEC/SE, through which it was found that the practices are happening through lectures and events. The association between the council practices and the IP occurs, specifically, by stimulating entrepreneurship and innovation regionally.

Keywords: entrepreneurship; young entrepreneurs; intellectual property.

1. Introdução

O mundo moderno é marcado por constantes e rápidos avanços em diferentes instâncias, com sobressalto para o campo da ciência e tecnologia, o que faz com que as sociedades vivenciem, com celeridade nunca antes visto a necessidade de adaptação aos mais diversos contextos. É neste cenário que o empreendedorismo despontou como um fenômeno que influencia o desenvolvimento local, regional e global (TUNALI; SENER, 2019).

Os movimentos conduzidos por jovens empreendedores correspondem a importante amostra deste universo empreendedor. De acordo com Gohn (2017), trata-se de movimentos caracterizados pelo agrupamento de jovens com perfis de liderança que, além de partilharem anseios e experiências, elaboram, planejam e executam atividades.

A pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) 2019, realizada no Brasil pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), revelou que empreendedores jovens, com idade entre 25 e 34, representam 26,1% dos proprietários de empreendimentos em estágio inicial, sendo a segunda faixa etária com a maior porcentagem de proprietários de negócios em estágio inicial.

Diante da pertinência relativa à contribuição destes movimentos no cenário empreendedor do país, mostra-se importante compreender a ligação das ações de estímulo a ele e a propriedade intelectual, sendo proposto para este estudo o seguinte questionamento: Quais são as práticas desenvolvidas pelo CJE/SE e sua relação com a propriedade intelectual?

Para responder ao questionamento apresentado, esta pesquisa tem como objetivo identificar a relação entre as práticas empreendedoras do CJE/SE e a propriedade intelectual, a partir da percepção dos membros da gestão vigente. Para tanto, fundamentou-se nas premissas da pesquisa descritiva, haja vista o intuito de apresentar o fenômeno mediante a análise teórica de dados primários, obtidos por meio da aplicação de questionário. Este trabalho está organizado com uma seção introdutória, referencial teórico abordando o Conselho de Jovens Empreendedores de Sergipe, empreendedorismo jovem e sua relação com a Propriedade Intelectual, procedimentos metodológicos, seguidos pelos resultados e discussões, e as considerações finais.

2.1 Conselho de Jovens Empreendedores de Sergipe (CJE/SE)

O CJE/SE foi criado em 2005 com o objetivo de estimular o empreendedorismo e a inovação no Estado, atuando em parceria com a Associação Comercial de Sergipe (ACESE). No âmbito federal, esse conselho integra a Confederação Nacional de Jovens Empresários (CONAJE), tendo como pilares: capacitação (apoiar e realizar eventos ligados ao empreendedorismo e inovação); representatividade (defender e representar os interesses do empresariado jovem a nível local e regional); e relacionamento (falicitar o *networking* entre empreendedores) (ÁLVARES, 2015).

O CJE é um dos entes do ecossistema empreendedor Sergipano que, por sua vez, pode ser conceituado, conforme propõe Guerrero et. al. (2016), como o conjunto de *stakeholders* que, num dado contexto geográfico ou espacial, reúne-se formal ou informalmente com a finalidade de dar suporte ao empreendedorismo.

Por sua vez, a CONAJE atua no fomento ao empreendedorismo, fortalecimento, criação e manutenção de novas empresas, principalmente geridas por jovens. Por meio de parcerias, também busca contribuir para a criação de políticas públicas e práticas institucionais que incluam os micros e pequenos empreendedores nas primeiras categorias de estratégias de desenvolvimento do país (CONAJE, 2020).

2.2 Empreendedorismo Jovem e Propriedade Intelectual

O termo empreendedorismo foi inicialmente utilizado por economistas franceses entre os séculos XVIII e XIX. Concebido como a habilidade de identificar novas oportunidades no meio, o seu conceito envolve aspectos como inovação, criação de novos negócios, tecnologias, execução e combinação de formas diferentes do que já existe (KIRZNER, 1973).

Cabe salientar que ao se pensar no empreendedorismo como algo relacionado ao novo, este pode se referir à criação de um produto, um método de produção, abertura de um segmento de mercado, uma nova fonte de matéria prima, ou ainda a criação de novas organizações (SCHUMPETER, 1997).

O fato é que em qualquer uma das perspectivas citadas, o empreendedorismo é de suma importância para o desenvolvimento social e econômico das sociedades, cuja demonstração se dá por meio da geração de emprego e renda (RIDEOUT; GRAY, 2013).

Fundamentado nesta perspectiva, Davidsson (2016) pontua que as múltiplas formas de compreensão do empreendedorismo convergem e se enquadram em duas acepções: 1) o

empreendedorismo como idealização e criação de uma nova atividade econômica; e 2) o empreendedorismo como qualquer coisa que diz respeito aos indivíduos que criam e gerenciam seus próprios negócios.

Ao direcionar a atenção para as especificidades do empreendedorismo jovem, é possível perceber que ele difere em alguns aspectos do empreendedorismo adulto. De acordo com Minola, Criaco e Cassia (2014), jovens empreendedores são diferentes na maneira como lidam com o ambiente, a cultura e as crenças nas quais estão inseridos, bem como no gerenciamento de recursos e nas habilidades, o que envolve aspectos psicológicos, cognitivos e motivacionais

Segundo o estudo Juventude Conectada (2019)¹, realizado pela Fundação Telefônica Vivo em parceria com o IBOPE e a Rede Conhecimento Social, os dados mostram que as redes sociais ganham relevância para os jovens empreenderem, pois as fontes de informações por meio de vídeos e canais *online* aparecem com tanta representatividade quanto os livros. Em complemento a essas fontes, também foram mencionados palestras em empresas que discutem o tema mercado do trabalho ou empreendedorismo.

O empreendedorismo jovem vem apresentando-se como uma alternativa de inserção dos jovens no mercado de trabalho e, conseqüenteente, sendo fundamental para a geração de renda (DI NUNZIO, 2015).

Nessa conjuntura que envolve o fenômeno, é importante compreender a relevância da Propriedade Intelectual ao referir-se, de acordo com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), aos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas instrumentistas, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico.

Assim como o empreendedorismo, a Propriedade Intelectual também contribui para o desenvolvimento social e econômico das sociedades (RACHERLA e LIU, 2019). Desta forma, além do impacto nos cenários econômicos e social, a Propriedade Intelectual também favorece a inovação, diferenciação e competitividade entre as empresas, resguardando o direito do empreendedor sobre o seu bem imaterial, sendo intrínseca, a relação entre empreendedorismo e Propriedade Intelectual (DE LEON e DONOSO, 2017).

¹ O público-alvo da pesquisa tinha entre 15 e 29 anos de idade.

3. Metodologia

O presente estudo fundamentou-se nas premissas da pesquisa descritiva, haja vista o intuito de apresentar o fenômeno mediante a análise teórica de dados primários (PEROVANO, 2014). Para tanto, fez-se uso da pesquisa qualitativa que, de acordo com Knechtel (2014), trata-se de uma abordagem que visa compreender os fenômenos humanos por meio de suas motivações, crenças, representações sociais e valores.

Do universo de 31 Conselhos Jovens Empreendedores presentes em todos os estados do Brasil, Sergipe foi escolhido por acessibilidade, ademais foi considerado a sua atuação ininterrupta desde sua fundação em 2005 e, acrescido a isso, pelo fato de, conforme a ACESE (2014), ter ficado entre os dez mais ativos do Brasil quanto ao número de ações realizadas.

Os dados referentes ao objeto em foco, o CJE-SE, foram obtidos pelo método pesquisa de campo. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário *online*, com 8 questões abertas e fechadas, sendo utilizado o *google forms*® para sua criação. O questionário foi disponibilizado *online*, entre os dias 24, 25 e 26 de junho de 2020, para os 20 diretores que compõe a atual gestão do Conselho.

De acordo com Bethlehem e Biffignand (2012), o acesso aos respondentes utilizando questionário *online* é considerado um procedimento simples e eficaz para a obtenção de dados. Abaixo, no quadro 1, estão expostos as questões e os objetivos que compuseram o questionário.

Quadro 1 - Objetivos e questões abordadas no questionário

Objetivos	Questões
Definir a faixa etária dos diretores do CJE/SE.	1) Qual a sua idade?
Obter definições sobre empreendedorismo de acordo com a visão dos diretores.	2) Na sua percepção, qual conceito abaixo melhor define empreendedorismo?
Conhecer o trabalho do CJE/SE e as práticas de estímulo ao empreendedorismo realizadas pelo Conselho.	3) Como é desenvolvido o trabalho do CJE? 4) Quais as práticas de estímulo ao empreendedorismo são adotadas pelo CJE/SE? 5) Como ocorre a seleção e a escolha das práticas implementadas? Qual a participação dos demais membros nas decisões sobre elas?
Identificar a percepção dos diretores da gestão vigente sobre a relação entre empreendedorismo e Propriedade Intelectual.	6) O que você entende por Propriedade Intelectual? 7) Qual a sua percepção sobre a relação entre as práticas de estímulo ao empreendedorismo e a concepção de Propriedade Intelectual?
Verificar a existência de ações voltadas para a proteção da Propriedade Intelectual por parte do Conselho.	8) O conselho possui alguma ação voltada para a proteção da Propriedade Intelectual?

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Em posse das respostas dos 20 diretores do CJE-SE, foi realizado o procedimento de tabulação e análise dos dados, que foi feito inicialmente a partir das respostas individuais e, na sequência, mediante a utilização dos recursos disponíveis no *google forms*®.

4. Resultados e discussões

O primeiro questionamento tratou da faixa etária dos diretores. Conforme as respostas, 70% dos diretores têm entre 28 e 38 anos, apesar desse predomínio, é importante destacar que não há exigência de idade mínima ou máxima para ingressar no Conselho, e a participação ocorre de forma voluntária. O que deixa claro que a diretoria do CJE/SE é composta por adultos e jovens, conforme composição apresentada pelo IBGE (2018). Segundo Chapman e White (2012) os jovens costumam ingressar no voluntariado ainda em idade escolar, como complemento as atividades acadêmicas, já os adultos tendem a se envolver em práticas voluntárias, pois têm nelas o propósito de ampliar e criar *networking*.

Na sequência, os diretores foram apresentados a diferentes definições de empreendedorismo para que, de acordo com a percepção individual, escolhessem uma opção. Em resposta, obtivemos que 80% acreditam que o empreendedorismo pode ser definido como inovação, criação de novos negócios, tecnologias, execução e combinação de formas diferentes do que já existe. Alguns respondentes também incluíram definições pessoais do que seria empreendedorismo, a saber:

“Processo em que pessoas investem recursos (seja tempo, espaço, dinheiro, etc) em busca de um ganho (seja social, pessoal ou financeiro) incerto e variável. A pessoa pode empreender desde um fazer um curso a participar de um movimento social” (Diretor A)
“A escolha individual ou em grupo de oferecer algo que tenha valor para o indivíduo e para a sociedade ou parte dela” (Diretor B)

A definição predominante entre as respostas, bem como as particulares explicitadas acima, corroboram com a interpretação de diversos autores sobre o fenômeno (KIRZNER, 1973; SCHUMPETER, 1997; RIDEOUT, GRAY, 2013; DAVIDSSON, 2016). Contudo, é importante frisar que para 20% dos respondentes, a definição de empreendedorismo não corresponde, exatamente, ao entendimento predominante na literatura, por exemplo, eles dizem: *“fomento aos negócios”*, sendo o empreendedorismo a criação ou o início de um negócio, o fomento surge depois que a empresa já é pré-existente. E *“ganhos sociais”*, que está relacionado a um tipo de empreendedorismo, definido pela literatura como empreendedorismo social (TENT, 2015 ; DWIVEDI e WEERAWARDENA, 2018).

No terceiro questionamento, que se direcionou para a forma como é desenvolvido o trabalho do CJE/SE, as respostas convergiram e giraram em torno de um consenso de que as atividades acontecem em face da união e da cooperação em equipe, resultando na execução de projetos e eventos.

Os diretores do CJE/SE trabalham integrados, dividindo tarefas e desenvolvendo habilidades de planejamento e liderança por meio dos processos que irão resultar em ações, em concordância com o que é esperado para agrupamentos como este. De acordo com Guerrero et al. (2016), práticas

oriundas de entidades como o CJE/SE contribuem para um dado contexto geográfico e social, no que se refere ao fomento de um ambiente empreendedor local e de suporte coletivo à atividade empreendedora. Para Preedy e Jones (2017), o processo de organização de movimentos jovens empreendedores é determinante para a eficácia de suas ações.

Desvelado o entendimento dos diretores acerca da forma como é desenvolvido o trabalho do CJE/SE, a questão seguinte teve por finalidade identificar quais as práticas empreendedores adotadas pelo referido conselho.

De acordo com os respondentes, tais práticas se materializam em palestras e eventos. Segundo Farny e Kyro (2015), essas ações inspiram quem ainda não é empreendedor a sair do campo da idealização e colocar em prática seus projetos, e possibilita *insights* e acesso a informações para os participantes que já possuem negócios.

Fundamentados em compreensões que compatibilizam com os citados autores, os assuntos debatidos durante as palestras e eventos do CJE/SE abordam as temáticas que permeiam o universo empreendedor, a exemplo de finanças, *marketing*, capacitação, *networking*, tendências e novas oportunidades de negócios. O quadro 2, lista os eventos realizados pelo CJE/SE.

Quadro 2 – Eventos do CJE/SE

Nome do evento	Descrição
Reuniões semanais	Reuniões semanais realizadas às segundas-feiras a noite. O objetivo é integrar os membros do CJE/SE (diretoria e voluntários), e realizar o planejamento das ações. É aberta à comunidade em geral.
Cafezinho	Palestras realizadas normalmente em cafés, bares, restaurantes ou espaços de <i>happy hours</i> . O objetivo é debater <i>Marketing</i> de Conteúdo com empreendedores.
Negócios com elas	Evento coordenado por mulheres para falar sobre negócios, carreira e o poder do empreendedorismo, no formato de diálogos interativos.
High Books	Clube do livro, realizado mensalmente, voltado para discussão de temas, entre especialistas convidados e participantes, com o intuito de aumentar a performance dos negócios através do empreendedorismo e inovação.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de CJE e ACESE (2020).

Os eventos relacionados no quadro 2 foram realizados no ano de 2019, apesar de haver constância e periodicidade, os mesmos podem sofrer alterações semestralmente ou anualmente. Isso porque o CJE é integrado a agenda da CONAJE e, a qualquer tempo deve replicar as ações propostas pela confederação que possui um catálogo de projetos, eventos e palestras. (CONAJE, 2020).

Diante da citada possibilidade quanto à composição das ações a serem desenvolvidas, a quinta questão versou sobre como é feita a escolha das práticas empreendedoras a serem implementadas pelo CJE/SE. Aqui também foi possível verificar conexão entre as respostas, tais como:

“Qualquer tipo de decisão do CJE advém das reuniões, respeitando também as diretrizes da CONAJE e da ACESE” (Diretor A)

“Ideias são postas a mesa e veem se é viável ou não” (Diretor B)
“Geralmente, o membro desenvolve um projeto, direcionado ao tema que deseja trabalhar. Faz uma apresentação para os demais membros, e ocorre uma votação para entender a viabilidade. Esse membro torna-se o líder do projeto” (Diretor C)

O compartilhamento de ideias e o processo de decisão em grupo são fundamentais para que entidades colaborativas, como é o caso do CJE/SE, possam desenvolver ações que de fato sejam capazes de contemplar à diversidade de seus membros e da comunidade como um todo, tendo em vista o objetivo comum do fomento ao empreendedorismo (QIAN, 2013). Para Frayne (2015), essa sinergia no processo de decisão é fundamental para que ações saiam do campo da idealização e se materializem. A sexta questão indagou o entendimento dos diretores sobre a Propriedade Intelectual. Para a maioria dos entrevistados, representada por 30%, ela é entendida como os tipos de PI, ou seja, patentes, marcas, programas de computador, desenhos industriais, cultivos e indicações geográficas. Para outra parcela, 20%, trata-se das criações da mente humana. Os demais, 50% dos diretores, apresentaram suas próprias definições, a saber:

“Tudo que é concebido, desenvolvido ou idealizado por uma pessoa ou um grupo é de propriedade intelectual dos mesmos” (Diretor A)
“Direito da criação de produto e/ou serviço tangível e/ou intangível.” (Diretor B)
“Trata-se da área do direito que engloba os direitos autorais.” (Diretor C)

Segundo o Instituto Nacional da Propriedade Propriedade Intelectual (INPI, 2019), podemos conceituar PI como o agrupamento de normas jurídicas que asseguram que uma obra, criação ou invenção pertença exclusivamente aos seus criadores. Os tipos de propriedade intelectual se dividem em duas categorias: Propriedade Industrial referente as patentes (invenções), marcas, desenho industrial, indicação geográfica, proteção de cultivares e direitos autorais que englobam trabalhos literário e artísticos, e cultura imaterial.

Apesar da diversidade de respostas, verificou-se que muitos se confundiram entre o conceito de PI e tipos de Propriedade Intelectual, mas de uma maneira geral percebe-se que o grupo de diretores possui conhecimento sobre o universo da Propriedade Intelectual. Este pode ser considerado aspecto positivo, posto que é uma questão fundamental para as empresas, a propriedade intelectual influencia na diferenciação, competitividade e inovação, e até mesmo as empresas que não possuem inovação acabam se beneficiando dela. Fomentar o surgimento de novas criações é um caminho para o surgimento de negócios mais inovadores (LO, 2011).

Ainda no âmbito da correlação entre empreendedorismo e Propriedade Intelectual, foi solicitado aos diretores do CJE/SE sinalizar a relação entre as práticas de estímulo ao empreendedorismo e a concepção de Propriedade Intelectual. Nas respostas, os entrevistados demonstraram que existe a necessidade de integrar e estimular a propriedade intelectual no contexto das práticas empreendedoras, conforme pôde-se observar:

“É importante para entender como proteger e registrar ideias e invenções desenvolvidas por empreendedores.” (Diretor A)

“Percebo que as pessoas não têm noção da importância de proteger e registrar suas marcas.” (Diretor B)

“Total relação, o empreendedor tem uma mente muito criativa, que traz muitas coisas inovadoras para o mercado, e algumas situações os concorrentes e outras pessoas podem copiar a ideia, sem garantir o direito do autor. Principalmente, em um universo de rede mundial dos computadores.” (Diretor C)

As respostas apresentadas evidenciam a necessidade de acesso às informações sobre as diretrizes da Propriedade Intelectual pelos empreendedores, cujo propósito é ajudá-los a dirimir questionamentos sobre a proteção de marcas, patentes, programas de computador, desenhos industriais, cultivos e indicações geográficas, entre outros. O fato é que a propriedade intelectual vem assumindo uma importância crescente e influenciando a riqueza das organizações, independente do seu porte, sendo o uso dela um diferencial estratégico (BUAINAIN, et. al 2018)

Por fim, os diretores do CJE/SE foram indagados sobre a existência de alguma ação voltada para a proteção da propriedade intelectual. Em resposta, obteve-se que 50% afirmou não saber responder; 35% disse que não possui; e 15% pontuou que existem cursos e palestras a respeito do assunto.

Com base na diversidade das respostas, é notória a inexistência de um debate constante sobre o tema entre as abordagens desenvolvidas pelo Conselho de Jovens Empreendedores de Sergipe, o que se mostra exemplificado pela ausência de consenso e a disparidade entre as respostas acerca das ações adotadas com relação à Propriedade Intelectual.

5. Considerações Finais

Tendo como objetivo tratar sobre a relação entre as práticas empreendedoras do Conselho de Jovens Empreendedores de Sergipe (CJE/SE) e a Propriedade Intelectual, a elaboração deste artigo se ancorou na concepção teórica existente e os resultados se fundamentaram na percepção dos membros da gestão vigente sobre tal temática.

Verificou-se que a ideia de estimular a criação de novos negócios e, conseqüentemente o empreendedorismo, é entendida pelos diretores que participaram deste estudo, como sendo a missão do conselho, efetivada por intermédio dos pilares: capacitação, *networking* e representatividade. Composto majoritariamente por adultos e jovens adultos, as práticas empreendedoras acontecem atreladas à realização de eventos, palestras, rodadas de negócios, *happy hours*, entre outros.

Além disso, outro fator importante destacado na pesquisa é a compatibilidade entre eles acerca da percepção de cooperação e partilha com os quais são desenvolvidos os trabalhos do CJE/SE e que são definidas as práticas implementadas pelo Conselho, atrelado ao predominante na literatura.

Contudo, esta mesma sincronia não foi observada com relação às práticas de estímulo à Propriedade Intelectual. Apesar da existência, de uma maneira geral, de algum conhecimento sobre tipos de Propriedade Intelectual, as respostas revelaram que o tema não é abordado de forma direta nos eventos e ações do CJE/SE.

Diante desta realidade, a relação das práticas empreendedoras do CJE/SE com a Propriedade Intelectual ocorre somente por meio do estímulo à criação de *startups*, novos negócios e da competitividade entre as organizações, sem que haja no grupo ações voltadas para a proteção da propriedade intelectual e para o incremento de conteúdos que possam aprofundar o entendimento sobre a temática.

Este fato acentua a necessidade de incluir, ou de dar mais atenção, para as abordagens que correlacionem empreendedorismo e Propriedade Intelectual, pois esta conexão precisa ser mais explicitamente apresentada não apenas para as pessoas com compõem a direção do CJE/SE, como para todos que de alguma maneira participam das atividades e ações do Conselho.

Como propositura para futuros trabalhos que objetivem se dedicar a temáticas semelhantes, sugere-se elencar como foco de pesquisa a percepção dos participantes das ações do CJE/SE sobre o conteúdo e o aprendizado adquirido.

Referências

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SERGIPE-CESE, 2014. Disponível em: <http://www.acese.org.br/leitura/7/1876/cje-se-se-prepara-para-a-semana-global-do-empendedorismo.html> Acesso em: 01 de junho de 2020.

ÁLVARES, Saulo. CJE Sergipe: uma década de apoio ao empreendedorismo. ACESE, 2015. Disponível em: <http://acese.org.br/leitura/7/1941/cje-sergipe-uma-decada-de-apoio-ao-empendedorismo.html>. Acesso em: 01 de junho de 2020.

BUAINAIN, et. al. **Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento: desafios para o Brasil**. Rio de Janeiro: ABPI, 2018.

BETHLEHEM, Jelke; BIFFIGNANDI, Silvia. **Handbook of Web Surveys**. 1st ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2012.

BEYNON, M. J., JONES, P., PICKERNELL, D. The role of entrepreneurship, innovation, and urbanity-diversity on growth, unemployment, and income: US state-level evidence and an fsQCA elucidation. **Journal of Business Research**, v. 101, p. 675-687, 2019.

CHAPMAN, Gary; WHITE, Paul. **The 5 Languages of Appreciation in the Workplace: Empowering Organizations by Encouraging People**. Revised, Updated ed. Chigago:Northfield Press, 2012.

CONSELHO DE JOVENS EMPREENDEDORES DE SERGIPE-CJE-SE. Institucional. Disponível em: <http://cje-aju.org.br/>. Acesso em: 3 de março de 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE JOVENS EMPRESÁRIOS-CONAJE. A Conaje é uma entidade que atua com base nos pilares de representatividade, inspiração, integração, gestão e desenvolvimento. 2020. Disponível em: <http://conaje.com.br/institucional/>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

- DAVIDSSON, Per. A "business researcher" view on opportunities for psychology in entrepreneurship research. **Journal of Applied Psychology**, v.65, n.3, p.628-636, 2016.
- DE LEON, Ignacio. ; FERNANDEZ DONOSO, Jose. **Innovation, Startups and Intellectual Property Management**. 1st ed. New York: Springer International Publishing, 2017.
- DI NUNZIO, Marco. What is the alternative? Youth, entrepreneurship and the developmental state in urban Ethiopia. **Development and Change**, v.46, n.5, p. 1179-1200, 2015.
- DWIVEDI, Abhishek.; WEERAWARDENA, Jay. Conceptualizing and operationalizing the social entrepreneurship construct. **Journal of Business Research**, v.86, p.32-40, 2018.
- ESSON, James. Escape to victory: Development, youth entrepreneurship and the migration of Ghanaian footballers. **Geoforum**, v.64, p.47-55, 2015.
- FARNY, S.; KYRÖ, P. **Entrepreneurial Aalto – Where science and art meets technology and business**, London: The Entrepreneurial University: Context and Institutional Change, Routledge, 2015.
- FRAYNE, D. **The Refusal of Work: The Theory and Practice of Resistance to Work**. Edition: 1. London: Zed Books, 2015.
- FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. Juventudes e Conexões. 2019. Disponível em: <http://fundacaotelefonica.org.br/projetos/juventudes-e-conexoes/>. Acesso em 20 de mar. 2020.
- GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no brasil. correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.
- GUERRERO, Maribel. *et al.* Entrepreneurial universities: emerging models in the new social and economic landscape. **Small Business Economics**, v.47, n.3, p.551-563, 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD 2018**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149. Acesso em: 25 de junho.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE. **IBQP. Empreendedorismo no Brasil 2019**. Disponível em: <http://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Relat%20C3%B3rio%20Executivo%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%202019.pdf>. Acesso em: 15 de abr de 2020.
- INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **INPI**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br>. Acesso em: 03 de julho de 2020.
- KIRZNER, Israel M. **Competition and Entrepreneurship**. Chicago: University of Chicago Press, 1973.
- KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.
- LIU, Kung-Chung.; RACHERLA, Uday S. **Innovation, Economic Development, and Intellectual Property in India and China: Comparing Six Economic Sectors**. 1st ed. New York: Springer, 2019.
- LO, S. Strengthening intellectual property rights: experience from the 1986 Taiwanese patent reforms. **International Journal of Industrial Organization**. v. 29, n. 5, p. 524-536, 2011.
- MINOLA, Tommaso; CRIACO, Giuseppe; CASSIA, Lucio. Are youth really different? New beliefs for old practices in entrepreneurship. **International Journal of Entrepreneurship and Innovation Management**, v.18, n.3, p.233-259, 2014.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **OMPI**. 2020. Disponível em: https://www.wipo.int/academy/en/courses/distance_learning/. Acesso em: 21/04/2020.

- PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de Metodologia Científica**. Paraná: Editora Juruá, 2014.
- PREEDY, S.; JONES. P. Student-led enterprise groups and entrepreneurial learning. A UK perspective”, **Industry and Higher Education**, v. 31, n. 2, p. 101–112, 2017.
- QIAN, H. Diversity versus tolerance: The social drivers of innovation and entrepreneurship in US cities, **Urban Studies**, v. 50, n.13, p. 2718–2735, 2013.
- RIDEOUT, Elaine C.; GRAY, Denis O. Does entrepreneurship education really work? A review and methodological critique of the empirical literature on the effects of university-based entrepreneurship education. **Journal of Small Business Management**, v.51, n.3, p.329-351, 2013.
- SCHUMPETER. Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- Semana Global de Empreendedorismo. **SGE**. A Semana Global do Empreendedorismo. Disponível em: <https://www.empreendedorismo.org.br/sobre>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- TENT, Darius A. Social entrepreneurship. *Studia Europaea*, v.60, n.4, p.97-108, 2015.
- TUNALI, C. B.; SENER, S. The Determinants of Entrepreneurship in Turkey. **Procedia Computer Science**, v. 158, p. 648–652, 2019.
- ZAHRA, Shaker, A.; WRIGHT, Mike. Understanding the social role of entrepreneurship. **Journal of Management Studies**, v. 53, n.4, p. 610-629, 2016.

Recebido em: 04/09/2020

Aprovado em: 21/09/2020